

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Samara da Felicidade Abreu¹
Mateus Zanirate de Miranda²
Michel Pedrosa Machado³
Pedro Genuíno de Santana Junior⁴
João Antônio Sabino Júnior⁵
Renata Pessoa Bifano⁶
Imaculada Gomes Coelho⁷

michel.p.machado@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Construção Civil

RESUMO

Este estudo teve como objetivo examinar as condições de acessibilidade em uma escola pública localizada no interior de Minas Gerais, visando verificar sua conformidade de acordo com os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050/2015. A pesquisa trata-se de um estudo de caso baseado na observação direta e em um questionário de inspeção adaptado com base nos estudos validados por Pereira e adaptado por Santana. A escola foi analisada em diferentes áreas, incluindo entrada, rampas, corredores, salas de aula, banheiros e quadra esportiva, com o objetivo de identificar qualquer parte que não estivesse arquitetonicamente adequada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os resultados revelaram que a escola possui alguns aspectos adequados, como corredores amplos, altura da lousa e distância da lousa até as mesas. No entanto, nem toda a estrutura era suficiente de acordo com os requisitos regulamentares. As portas não são grandes o bastante, falta corrimão, faltam de placas táteis e o banheiro era escassamente adequado. Assim, pode-se afirmar que a escola ainda precisa de adaptações em seus aspectos estruturais e pedagógicos. A acessibilidade é um requisito essencial para a efetivação da igualdade de oportunidades, sendo imprescindível que o poder público e as instituições educacionais invistam em melhorias estruturais e pedagógicas. A promoção da acessibilidade é, portanto, um passo fundamental para garantir o direito à educação de forma equitativa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; inclusão; NBR 9050/2015

¹ Discente do Curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

² Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

³ Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

⁴ Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

⁵ Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

⁶ Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

⁷ Docente do curso de Engenharia Civil - UNIVERTIX

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade tem sido abordada ao longo dos anos devido à crescente conscientização sobre a importância de proporcionar as condições necessárias para assegurar e garantir a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade. Essa garantia é um direito fundamental, assegurado por leis e regulamentos em diversos países ao redor do mundo (Nascimento et al., 2025). No Brasil, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, que assegura a garantia de direitos e a promoção da inclusão das pessoas com deficiência, determina que:

Art. 9º - É obrigação do poder público e da coletividade assegurar a acessibilidade nos espaços urbanos, na arquitetura, no transporte, na comunicação e na informação, garantindo a inclusão social e a igualdade de oportunidades (Brasil, 2015).

A inclusão e a acessibilidade são fundamentais para criar uma sociedade mais justa e igualitária. A realização da igualdade de direitos e oportunidades só pode ser garantida se a educação de qualidade e o desenvolvimento social forem promovidos de forma geral (UNICEF, 2018).

Apesar dos avanços legais e das políticas de inclusão em termos de acessibilidade, nota-se que muitas escolas públicas do interior de Minas Gerais ainda enfrentam desafios significativos em relação à acessibilidade. Barreiras físicas, a falta de recursos adequados e a falta de conscientização sobre a relevância de um ambiente inclusivo podem comprometer o acesso e a participação dos alunos com deficiência (Castro et al., 2018).

Neste contexto, torna-se evidente a necessidade de uma avaliação abrangente das condições de acessibilidade nas escolas públicas do interior de Minas Gerais. Essa avaliação não apenas permitirá identificar as principais barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência, mas também contribuirá para o desenvolvimento e para a formulação de políticas e práticas mais inclusivas e eficazes (Slee, 2011).

Este trabalho tem como objetivo verificar as condições de acessibilidade em uma escola pública do interior de Minas Gerais, destacando as questões identificadas em conformidade com a NBR 9050/2015 (ABNT, 2015).

Trabalhos como este permitem a identificação de lacunas na infraestrutura, nos recursos educacionais e nas políticas de inclusão, possibilitando a implementação de medidas corretivas e a promoção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Essas são as medidas necessárias que precisamos adotar para um ambiente escolar mais inclusivo e acessível, garantindo o direito à educação de todos os alunos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade é um direito básico de todas as pessoas e desempenha um papel importante na promoção da inclusão e participação plena na sociedade. Um conceito que vai além das adaptações físicas, mas de um aspecto social, cultural e organizacionais permitindo que todos os indivíduos possam utilizar espaços e ter acesso a serviços e recursos de forma autônoma e segura (Saad, 2011). Além disso, a acessibilidade incentiva o desenvolvimento da cidadania, promovendo igualdade de oportunidades desde a infância (Oliveira et al., 2020).

O projeto de adaptações e construções acessíveis recorre a uma abordagem detalhada, que envolve desde as diretrizes básicas até as mais avançadas em relação a acessibilidade. Seguir essas recomendações, como a Norma Brasileira 9050:2015, é fundamental para engenheiros, arquitetos e demais profissionais colaborem significativamente para a execução de ambientes que promovam a acessibilidade e inclusão (Fernandes et al., 2018)

Segundo o Instituto Inclusão Brasil (2019) representa um marco ao destacar a mudança de paradigma na abordagem da inclusão social. Essa afirmação sugere que, por um lado, as pessoas com deficiência não devem apenas reabilitar pessoas para se ajustarem às normas sociais vigentes, e, por outro lado, a própria sociedade precisa mudar para atender e acomodar as necessidades de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Isso permite, então, o acesso igual a uma série de recursos, como transporte, lazer, educação, serviços públicos e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Sassaki (2010) identifica seis tipos de acessibilidade essenciais para garantir a inclusão das pessoas com deficiência: arquitetônica, comunicacional, instrumental, atitudinal, programática e metodológica. Esses tipos englobam desde a adaptação

física e organizacional de ambientes e serviços até a promoção de atitudes positivas. Outros estudos como os de Mantoan (2003) e Lima (2023) reiteram que uma educação inclusiva deve abordar o aspecto físico, mas também o pedagógico, a fim de alcançar um processo de aprendizagem e socialização eficaz para todos os alunos.

A carência de acessibilidade não apenas restringe o acesso físico de pessoas com deficiência em espaços públicos e privados, mas também diminui seu envolvimento na vida comunitária e interação social. Muitas dessas dificuldades não decorrem da própria condição do indivíduo, mas sim da falta de adequação do ambiente e da falta de medidas inclusivas. Portanto, é contundente que os espaços sejam projetados e adaptados para acolher a diversidade e promover a igualdade de direitos e oportunidades para todos (Francisco et al., 2011)

As normas de acessibilidade escolar no Brasil são regulamentadas pela Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que vincula a acessibilidade escolar à arquitetura. Segundo a NBR 9050 (ABNT, 2015), define a acessibilidade como:

“Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (ABNT 2015, p. 2)

As condições acessíveis vão além do ambiente interno, pois engloba todas as estruturas prediais. Os espaços devem ser projetados com adequação segura, confortável e estável. Incluindo banheiros, portas, corredores, áreas de circulação, levando em consideração as pessoas com deficiências e aquelas que não são.

É necessário o uso de recursos auxiliares como cadeiras de rodas ou andadores, e também deve-se adaptar o mobiliário, como carteiras, a distância entre a lousa, entre as mesas ou o local de recursos audiovisuais, assim como outros fatores ambientais de uso; aos recursos didáticos, como largura das portas do banheiro, dimensões do vaso sanitários, altura da pia, corrimão duplo. Essas integrações e adaptações fazem com que a integração seja harmoniosa entre as atividades realizadas no ambiente escolar (Brasil, 2008).

Segundo Gasparoto (2012), projetar adaptações que atendam as necessidades do espaço físico, com variedade de atividades e participantes envolvidos é desafiador. Visto que, levando em consideração os critérios para avaliar as instituições e a implementação de atividades realizadas por diferentes pessoas em condições físicas, habilidade, dificuldades sensoriais ou motoras, mobilidade reduzida e necessidades de acesso auditivo e visual.

Contudo, é essencial que as adaptações arquitetônicas nas escolas cumpram as normas e promovam um ambiente inclusivo e acessível, permitindo a plena participação e desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas capacidades físicas ou sensoriais.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo estudo de caso. Conforme escrito por Gil (2002), os estudos de caso nos permitem uma análise minuciosa e detalhada de um ou poucos objetos, visando compreendê-los amplamente. No entanto, é importante destacar que apesar de suas vantagens, esse tipo de estudo apresenta limitações em termos de generalização devido à natureza das análises particulares, ou seja, baseadas em um número limitado de casos.

O estudo de caso foi conduzido no mês de agosto de dois mil e vinte cinco, em uma escola estadual com mais de 600 alunos localizada no interior de Minas Gerais. A referida escola está situada em uma cidade de aproximadamente 18 mil habitantes, cuja a principal fonte de renda do município é a agropecuária com maior destaque para a cafeicultura (IBGE, 2023).

Para realização da pesquisa, foi acordada comunicação direta, explicando os objetivos e os métodos do estudo, tais como os protocolos éticos que orientam a condução e a divulgação dos resultados. Foi assegurado o direito de recusar a participação na pesquisa. Ao consentirem por meio da assinatura da autorização, a líder institucional concorda com a realização das avaliações de infraestrutura conforme descrito no documento autorizado, respeitando integralmente os direitos de revogação da pesquisa a qualquer momento durante sua execução, em caso de violação dos procedimentos éticos acordados.

Para realizar a coleta de dados deste estudo, foi utilizado o instrumento de inspeção denominado "Questionário de Observação Aplicado", cuja validação foi realizada por Pereira (2013) e posteriormente adaptado por Santana (2017). A aplicação foi focada e direcionada exclusivamente para a análise dos aspectos relacionados à caracterização da escola, com destaque nas características que abordam a acessibilidade arquitetônica, conforme a proposta do presente estudo. O instrumento citado, aborda, de forma detalhada, os aspectos arquitetônicos pertinentes a acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo a observação em diferentes áreas da escola, tais como: entrada da escola, área de circulação, salas de aula e banheiros. Em resumo, a ferramenta para de coleta de dados consiste em 18 questões, abrangendo tanto perguntas objetivas quanto abertas, explorando diversos aspectos relacionados à infraestrutura e acessibilidade das instalações escolares.

Para facilitar a captura das informações necessárias, foi utilizado um conjunto de ferramentas específicas, incluindo pranchetas contendo um roteiro de inspeção detalhado, canetas esferográficas com tubo transparente para permitir a visualização das anotações e trenas para medições precisas. Visando assegurar a consistência dos dados coletados, os procedimentos relacionados às medições foram implementados com o intuito de garantir a confiabilidade e a precisão dos dados coletados.

Neste tipo de pesquisa, os riscos associados a quebras de confidencialidade, violações de privacidade, perda ou extravio de informações e demais partes envolvidas são mantidas em um nível mínimo. Foram tomadas medidas para minimizar tais riscos, de modo que a confidencialidade dos dados da pesquisa fosse mantida e o acesso às informações fosse restrito apenas ao auditor do processo. Será mantida confidencial de acordo com a política de privacidade e que as informações coletadas serão utilizadas apenas para pesquisa, ou seja, para fins acadêmicos e científicos, respeitando assim a privacidade, confiabilidade, bem como medidas de integridade e segurança desses dados.

Após a obtenção da autorização para a pesquisa, a coleta de dados foi realizada no dia 18/08/2025. Inicialmente, foi realizada uma estratégia entre a pesquisadora e a vice-diretora da escola para coordenar as atividades planejadas. Em

seguida, todas as localidades de interesse foram visitadas para que a coleta de dados fosse feita, sempre contando com a presença de um colaborador designado pela direção da escola para auxiliar nos procedimentos. Os dados foram devidamente registrados de maneira adequada para subsequente informatização, sendo tabulados e apresentados em tabelas simples para facilitar a interpretação. Não foi registrado nenhum evento adverso durante a coleta de dados, e todas as atividades propostas foram concluídas com êxito.

Logo, os dados foram analisados e apresentados descritivamente, sendo verificados conforme os critérios recomendados pelo instrumento de coleta de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante aos recursos aplicados, de acordo com os critérios propostos pela ferramenta de coleta de dados utilizada, foi possível analisar as condições de acessibilidade na escola, que está situada no interior de Minas Gerais. Os resultados apresentados são descritos a seguir.

A análise mostra que a escola não possui mapas ou planos que orientam os alunos. O espaço é composto por corredores e áreas que conectam a sala de aula e demais locais, o que dificulta a locomoção para quem necessita de referências claras para se locomover. Esses elementos, de acordo com a NBR 9050, são definidos como:

“Os planos e mapas acessíveis são representações visuais, táteis e/ou sonoras que servem para orientação e localização de lugares, rotas, fenômenos geográficos, cartográficos e espaciais” (ABNT, 2015, p. 94)

A escola possui um portão de acesso, cuja largura é adequada para o fluxo de alunos, incluindo pessoas com deficiência física, pessoas com mobilidade reduzida e demais alunos. Além disso, a instituição conta com uma rampa localizada na entrada principal, com 3,5 m de comprimento e uma inclinação de 34% e desnível de 1,20 m. No entanto, de acordo com a NBR 9050/2015, a inclinação máxima recomendada para rampas destinadas à acessibilidade é 8,33%, dependendo do desnível. Dessa forma, a inclinação observada não está em conformidade com os parâmetros normativos, podendo comprometer a segurança e a autonomia de pessoas com mobilidade

reduzida. Embora a rampa não possua corrimão paralelo, suas dimensões atendem ao recomendado pela NBR 9050 (ABNT, 2015). De acordo com o Brasil - Ministério da Educação (2009), a presença de rampa é fundamental para que os alunos possam se deslocar com autonomia e segurança, enquanto exerce seu papel na participação ativa e igualdade no aprendizado.

Essa ausência caracteriza a não conformidade com as normas da ABNT, que estabelecem medidas específicas para a instalação de corrimãos nesses espaços, sendo que, de acordo com a NBR 9050,

“Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas). Quando se tratar de degrau isolado, basta uma barra de apoio horizontal ou vertical, com comprimento mínimo de 0,30 m e com seu eixo posicionado a 0,75 m de altura do piso” (ABNT, 2015, p. 63).

Outro fator relevante que precisa ser considerado é a ausência de visual e tátil nos pisos da escola, recurso fundamental para a locomoção que garante segurança e autonomia de pessoas com deficiência, sendo que segundo a NBR 9050,

“Sinalização tátil e visual direcional no piso, deve ser detectável pelo contraste tátil e pelo contraste visual. O contraste tátil, por meio de relevos e o contraste de luminância com a superfície adjacente, em condições secas e molhadas” (ABNT, 2015, p. 47).

Consideram-se como dimensões mínimas ideais para circulação de acordo com a NBR 9050 a área de circulação acessíveis sendo: 0,80m para uma pessoa de cadeira de roda; 1,20 m a 1,50 m para um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas e, 1,50 m a 1,80 m para duas pessoas em cadeiras de rodas. Essas medidas permitem aos alunos transitarem de uma seção de cada vez, como o acesso as salas de aula, banheiro e demais ambientes, promovendo independência na locomoção entre as repartições. Na escola analisada, constatou-se a acessibilidade, uma vez que o ambiente possui passagem com largura de 1,50 m. No mesmo sentido, a pesquisa de Brito e Silva (2016) indicou que os corredores avaliados mediam entre 2,0m e 4,0m, valores contidos no padrão de referência para acessibilidade estabelecido pela NBR 9050:2015 também.

Assim, além do estudo, no artigo comparado é possível verificar que a área de circulação cumpre as diretrizes de edificação, onde há boas condições para mobilidade e acesso ao movimento escolar.

A Tabela 1 detalha as dimensões encontradas e recomendadas:

Tabela 1 - Dimensões da área de circulação aferidas e os parâmetros preconizados pela NBR90/50 (ABNT, 2015)

Corredor	Resultado obtido	Parâmetro ABNT
Largura para uma pessoa em cadeiras de rodas	1,50 m	0,90 m
Largura para um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas	1,50 m	1,20 a 1,50 m
Largura para duas pessoas em cadeiras de rodas	1,50 m	1,50 a 1,80 m

Fonte: Dados da pesquisa

Para as salas de aula, a largura das portas não atendeu ao estabelecido pela NBR 9050 (ABNT, 2015), pois foi verificado que possuíam apenas 78 cm. É importante ressaltar que essa diferença pode estar relacionada a um possível problema de assentamento, visto que as portas deveriam ter 80 cm de largura. A altura da borda inferior do quadro/lousa não está em conformidade com a norma. Embora o recomendado seja no máximo 90 cm, conforme apresentado na Tabela 2 (ABNT, 2015), a medida encontrada foi de 93 cm, ultrapassando o limite permitido. Já a área de circulação entre as mesas ficou abaixo do mínimo exigido, com 76 cm em vez dos 90 cm previstos, enquanto a distância entre as mesas e o quadro estava acima da referência mínima, medindo 1,65 m em comparação aos 1,50 m recomendados. Em relação as carteiras adaptadas, constata-se que as salas não dispõem desse recurso.

De modo semelhante, de acordo com o estudo desenvolvido por Fraga (2023) mostrou que, em algumas salas de aula, as portas analisadas não atendem às normas quanto às suas dimensões, e os espaços de circulação são estreitos, dificultando a mobilidade de pessoas com deficiência ou limitação de mobilidade. Todas essas dimensões refletem uma conformidade com as distâncias para padrões de acessibilidade e deficiências ao mesmo tempo, mostrando a necessidade de adaptações arquitetônicas comprometidas com as exigências de acessibilidade da NBR 9050:2015.

Tabela 2 - Dimensões da sala de aula aferidas e os parâmetros da NBR90/50 (ABNT, 2015)

Sala de aula	Resultado obtido	Parâmetro ABNT
Largura mínima da porta	78 cm	80 cm
Altura da borda inferior da lousa/quadro negro	93 cm	90 cm
Distância entre as mesas e a lousa/quadro negro	1,65 cm	1,50 cm
Distância entre as mesas	76 cm	90 cm

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise de acessibilidade dos banheiros, verificou-se que a escola avaliada atende parcialmente aos requisitos mínimos estabelecidos pela ABNT. A porta de acesso possui 0,80 m de largura, correspondendo ao valor mínimo exigido. O espaço interno apresenta 70 cm, abaixo do recomendado, e 1,90 m de comprimento acima do estabelecido. Constataram-se as seguintes deficiências que foram identificadas, como piso antiderrapante ausente, a altura do vaso sanitário é 38 cm de inferior à altura mínima, e não há barras de apoio para auxiliar o deslocamento. Esses aspectos evidenciam a inadequação parcial do ambiente às normas de acessibilidade.

Do mesmo modo, a pesquisa de Torres et al. (2020), ao investigar a acessibilidade nas instalações escolares em Cedro-CE, também apontou que os banheiros não possuem barras de apoio, dimensões internas e portas para uso exclusivo de pessoas com deficiência ou mobilidade; indivíduos, cujas condições não atendiam ao que é estabelecido pela NBR 9050/2015. Isso demonstra que, as deficiências mais significativas são em relação à dimensão interna e à falta de barras de apoio, evidência de que, mesmo quando a largura mínima de porta de 0,85 m é satisfeita, não se deve esperar acessibilidade total do banheiro se todos os outros aspectos exigidos pela norma não forem contemplados.

Tabela 3 - Dimensões do banheiro e parâmetros da NBR90/50 (ABNT, 2015)

Banheiro	Resultado obtido	Parâmetro ABNT
Medida interna	70 cm	1,50 m
Comprimento	1,90 m	1,50 m
Altura da bacia sanitária	38 cm	46 cm

Fonte: Dados da pesquisa

O último aspecto avaliado foi a acessibilidade para a prática de educação física. A escola conta com uma quadra e um banheiro adaptado, e não apresenta necessidade de rampas de acesso. No entanto, a instituição não dispõe de um espaço específico para a realização das atividades físicas, indicando que a infraestrutura disponível ainda não atende plenamente às necessidades de inclusão dos alunos.

Sob a mesma perspectiva, o estudo de Belisário et al. (2018), identificou que, muitas vezes, os espaços de prática esportiva das escolas públicas não estão devidamente ajustados para estudantes com deficiência, apresentam barreiras estruturais, e não há disponibilidade de equipamentos adaptados. Portanto, demonstra-se que a ausência de adaptações estrutural em quadras esportivas impede que os estudantes com deficiência sejam incluídos e participem ativamente, mostrando mais uma vez como uma melhor infraestrutura escolar é necessária.

A acessibilidade escolar é condição essencial para que todos os alunos possam se deslocar com segurança e confiança, participando de forma plena das atividades pedagógicas, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Quando os espaços são adaptados e existe cooperação entre professores, funcionários e colegas, os estudantes com deficiência não apenas acessam os ambientes, mas também se beneficiam em termos de aprendizado, socialização e sentimento de pertencimento (Alves et al, 2014; Sassaki, 2010).

Entretanto, a análise da escola investigada revelou uma discrepância significativa entre o direito legal à acessibilidade e sua efetiva implementação. Apesar da presença de uma rampa na entrada, sua execução inadequada compromete o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, evidenciando que adaptações pontuais não são suficientes. Todo setor ou ambiente escolar deve oferecer condições de uso

para todas as pessoas, independentemente de precisarem ou não de adaptações (Castro et al., 2018). De forma geral, os dados mostram que, embora alguns requisitos estejam atendidos, as deficiências estruturais comprometem a efetividade da acessibilidade. Esse cenário confirma os achados de Fernandes et al. (2018) e Gasparoto (2012), que destacam que a existência de ajustes isolados não assegura inclusão, sendo indispensável que a infraestrutura esteja integralmente em conformidade com as normas técnicas para promover igualdade de condições.

Quando esses espaços não são respeitados, as pessoas acabam perdendo autonomia, dificuldades de acesso e circular pelos ambientes, sentem-se inseguras e têm seu direito de ir e vir limitados. Em situações mais graves, isso pode até impedir o acesso à educação, o que é um direito fundamental de todos (Brasil, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade na escola é um dos pilares mais importantes para tornar a educação efetivamente inclusiva. Ela garante que todos os alunos com ou sem deficiência, sejam físicas, sensoriais ou cognitivas possam participar de forma plena das atividades escolares. Promover a inclusão verdadeira significa eliminar qualquer barreira que dificulte o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar.

No entanto, a acessibilidade não se resume apenas a rampas ou adaptações físicas. Ela também envolve mudanças nos métodos de ensino, nos conteúdos e até nas atitudes dos profissionais da educação.

Outro ponto importante é a criação de um ambiente escolar acolhedor, onde esses alunos se sintam respeitados e valorizados. Isso contribui diretamente para o desenvolvimento da autoestima e da autonomia. As estratégias inclusivas são aquelas que levam em consideração as particularidades de cada estudante, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e incentivem a participação de todos.

Por isso, falar sobre a acessibilidade escolar é mais do que pensar somente no aspecto físico ou, no máximo, no pedagógico: trata-se de uma análise aprofundada

dos aspectos sociais e emocionais para a construção de uma educação justa e, acima de tudo, inclusiva.

Assim, encarar a acessibilidade como algo inerente à vocação do ensino, e não apenas como um dever à parte, torna-se imprescindível. Uma colaboração sinérgica entre direção, docentes, integrantes da escola e governo é crucial para que a acessibilidade se manifeste no dia a dia.

A inclusão ganha forma quando a escola aceita e enaltece a diversidade, quando o espaço se mostra motivador e ajustado, e quando as metodologias de ensino são elaboradas para contemplar a todos. Ademais, estratégias governamentais sólidas e alocação contínua de recursos são vitais para que as instituições assegurem oportunidades equânimes e garantam a plena realização do direito à educação.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.* Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 08 de mar. 2025.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbefe/v28n2/1807-5509-rbefe-28-2-0329.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BELISARIO, T. M.M.; WAGNER, M. S.; ALVES, A. C. D.; ANGELIM, P. B.; SANTIAGO, Z. M. P. **A acessibilidade no processo de inclusão nas escolas públicas de Fortaleza.** In: ENEAC 2018 – Encontro Nacional de Engenharia de Avaliações e Perícias. Anais. São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/designproceedings/eneac2018/037.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Manual de acessibilidade espacial para escolas. Brasília: Ministério da Educação, ago. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9933-manual-programa-escola-acessivel&Itemid=30192. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRITO, J. M.; SILVA, A. B. **Condições de acessibilidade para alunos cadeirantes em uma escola estadual da zona urbana do município de Remígio-PB.** Anais do Congresso Internacional de Educação e Inclusão – CINTEDI, 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_M D1_SA6_ID601_13102016100436.pdf. Acesso em: 24 de ago. 2025.

CASTRO, G. G.; ABRAHÃO, C. A. F.; NUNES, A. X.; NASCIMENTO, L. C. G.; FIGUEIREDO, G. L. A. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 93–105, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13590>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FERNANDES, N. R. P.; MATSUOKA, J. V.; COSTA, E. S. Avaliação da Conformidade de Rampas de Acesso em Área Urbana: Um Estudo de Caso em Monte Carmelo-MG. **Getec**, v. 7, n. 19, p. 93-107, 2018. Disponível em: <https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2019/02/anais-eng-civil-natalia-ramos-porto-fernandes.pdf>. Acesso em: 01 maio, 2025.

Francisco, P. C. M.; MENEZES, A. M.; Design universal, acessibilidade e espaço construído. **Construindo, Belo Horizonte**, v. 3, n. 1, p. 25–29, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/construindo/article/view/1763>. Acesso em: 29 de ago. de 2025.

FRAGA, Carolina. **Acessibilidade arquitetônica na escola: estudo de caso sobre barreiras arquitetônicas e inclusão escolar no Colégio de Aplicação da UFSC.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248485>. Acesso em: 28 de ago. 2025.

GASPAROTO, M.C; ALPINO, A.M. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. **Revista Bras. ed. Esp.** Marília. V.18. n.2. p.338-340, 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v18n02/v18n02a11.pdf> Acesso em: 01 maio, 2025.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. **São Paulo:** Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 de mar. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama de Matipó, Minas Gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matipo/panorama>. Acesso em: 16 maio 2025.

Instituto Inclusão Brasil. Tipos de Acessibilidade. 4 junho, 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 01 maio, 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 08 de mar. 2025.

LIMA, C. B. S. **Acessibilidade curricular: um estudo de caso sobre inclusão escolar no Instituto Federal de Goiás - Campus Luziânia.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Goiano, Câmpus Luziânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1388>. Acesso em: 27 ago. 2025

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

NASCIMENTO NETO, J. R.; NASCIMENTO, J. de B. M.; MONTE, F. F. de C. Acessibilidade, Inclusão e Tecnologias: Desafios e avanços na implementação da Lei Brasileira de Inclusão para pessoas com deficiência. **Revista Cocar**, v. 23, n. 41, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8677>. Acesso em: 07 maio, 2025.

OLIVEIRA, R.; FERNANDES, A. Barreiras físicas e pedagógicas na escola: desafios da inclusão. **Revista Educação e Realidade**, v. 45, n. 3, p. 88-105, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/4136>. Acesso em: 27 ago. 2025

PEREIRA, M. L. **Acessibilidade arquitetônica para cadeirantes na rede estadual e municipal de educação em Mineiros.** Monografia (Licenciatura em Educação Física); Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás, Mineiros, GO, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/9e9b769a-5115-44aa-ae69-8bbbb75c3b29/content>. Acesso em: 16 maio 2025.

Saad, A. L. Acessibilidade: guia prático para o projeto de adaptações e de novas edificações. **São Paulo, SP.** 1. ed.; 2011. Disponível em: <https://biblioteca.utfpr.edu.br/acervo/265456/>. Acesso em: 01 maio, 2025.

SANTANA, P.M. **A acessibilidade da pessoa com deficiência na rede pública de ensino do município de Formoso-MG.** Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília. Buritis-MG, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20374/1/2017_PatriciaMoreiraSantana_tcc.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.

SASSAKI, R. K. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ifrrj.edu.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=15457&shelfbrowse_itemnumber=36476&utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 17 maio 2025.

SLEE, Roger. **The irregular school: exclusion, schooling and inclusive education.** Londres: Routledge, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203831564>. Acesso em: 25 de junho de 2025.

TORRES, V. D.; ALMEIDA, R. R. P.; ANDRADE, E. M. G.; LEITE, G. U. Acessibilidade em ambientes escolares no Município de Cedro-CE com base na LBI e NBR 9050/2015. Id on line **Rev. Mult. Psic.**, v. 14, n. 53, p. 748-769, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2904>. Acesso em: 24 de ago. 2025.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo.** Brasília: Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 08 de mar. 2025.